

ECONOMIA

Consignado: o que muda com 40% de margem

Senado autorizou a medida enquanto durar a pandemia de coronavírus. Texto, agora, aguarda sanção presidencial

LETÍCIA MOURA
leticia.moura@odia.com.br

O Senado aprovou uma medida provisória que aumenta de 35% para 40% o limite da margem de crédito consignado para aposentados e pensionistas do INSS. A proposta também contempla servidores públicos ativos e inativos e militares. O texto foi autorizado pela Câmara dos Deputados na segunda-feira passada e, agora, aguarda a sanção do presidente Jair Bolsonaro. Conforme o texto, a ampliação vai valer até 31 de dezembro deste ano. Atualmente, os segurados podem comprometer com consignados até 30% do valor do benefício e mais 5% com cartão de crédito, totalizando 35%. O consignado é descontado direto no contracheque de quem o contratou, o que reduz a taxa de inadimplência. Com isso, apresenta juros mais baixos do que os oferecidos em outros tipos de financiamento.

A MP 1.006/2020 foi editada em outubro do ano passado e aprovada pela Câmara neste ano com mudanças. Entre elas, está a ampliação do prazo de validade do novo limite para 31 de dezembro deste ano. Anteriormente, a previsão era de que acabaria em dezembro do ano passado.

JURO MAIS BAIXO
Relator do projeto, o senador Plínio Valério (PSDB-AM) lembra que os empréstimos consignados costumam ter taxas em torno de 2% ao mês. Já o custo das chamadas “linhas de crédito pessoal” - a alternativa para quem não pode tomar o consignado - superam 20% ao mês. O parlamentar pondera que o comprometimento de 40% da renda com operações de crédito consignado pode ser considerado excessivo. “Contudo, quando as pessoas que podem tomar empréstimo usando essa via, de custo relativamente baixo, muitas vezes são provedores de bens essenciais para fa-



DIVULGAÇÃO

Especialistas advertem para o risco de endividamento de aposentados e pensionistas com a nova margem

É preciso ter cuidado com as dívidas

► A advogada e presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), Adriane Bramante, reforça que os aposentados e pensionistas estão passando por muita dificuldade, “pois mais de 60% recebe apenas um salário-mínimo. Essa situação é agravada pela pandemia. O aumento da margem de crédito permitirá que eles possam se socorrer desse dinheiro”. Mas a especialista enfatiza ainda que quanto maior a margem de crédito, mais endividados os segurados ficam: “Muitos empréstimos acabam sendo destinados aos filhos ou netos, desempregados e com necessidades iminentes e que dificilmente devolverão o dinheiro ao segurado”, alerta Adriane Bramante. Apesar do crédito consignado apresentar os melhores juros no mercado, o professor Fábio Zambitte adverte que os interessados precisam de cautela para evitar o endividamento, “de forma a não usar deste expediente para financiar despesas correntes do dia a dia, porque isso tende a virar uma bola de neve”, indica.

AUXÍLIO-DOENÇA

Concessão via Meu INSS

■ A MP prevê que o INSS conceda auxílio-doença aos trabalhadores sem precisar passar por perícia. Basta apresentar atestado médico e documentos complementares que comprovem a existência da doença. No entanto, a proposta tem caráter excepcional e valerá até 31 de dezembro deste ano. “Então, será possível, por

exemplo, que um segurado adoentado, sem condições de trabalho, ingresse pelo site Meu INSS. Se não for cadastrado, dá para fazer o cadastro, conseguir a senha, juntar todos os documentos e, estando tudo certo, a expectativa é que o benefício seja concedido automaticamente”, esclarece Fábio Zambitte, professor do Ibmec RJ.



Muitos empréstimos acabam sendo destinados aos filhos ou netos desempregados e com necessidades iminentes”

ADRIANE BRAMANTE, presidente do IBDP

Micro e pequenos negócios geraram 75% dos empregos formais em janeiro

Resultado é quase o dobro do mesmo mês de 2020, aponta levantamento do Sebrae

As micro e pequenas empresas (MPEs) lideraram a geração de empregos em janeiro, criando aproximadamente 195,6 mil vagas, o que corresponde a cerca de 75% do total de 260.353 empregos formais registrado no mês. Os números constam de relatório elaborado pelo Sebrae, com base nos dados de janeiro do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). O resultado também é quase o dobro do número de empregados gerado pelo segmento no mesmo mês do ano passado. Este é o sétimo mês consecutivo em que os pequenos negócios lideraram a geração de postos de trabalho no país. O relatório mostra ainda que as Médias e Grandes Empresas (MGE) também registraram saldo positivo na geração de empregos. Foram 668.257 admissões contra 626.653 desligamentos, resultando em um saldo positivo de 41.604 empregos. Esse número equivale a 15,9% do total de empregos gerados no Brasil. “Nos últimos seis meses, os pequenos negócios apresentaram saldo total de 1,1 milhão de novos empregos contra 385,5 mil novos postos de trabalho criados pelos médios e grandes. No



AGÊNCIA BRASIL

MPEs apresentaram saldo positivo de 27,4 mil empregos, as médias e grandes tiveram saldo negativo

último mês de janeiro, os setores que mais contribuíram para os saldos positivos foram serviços, indústria de transformação e construções nas pequenas e grandes empresas”, informou o Sebrae. O relatório mostra ainda que a divergência ocorreu no setor do comércio. Enquanto as micro e pequenas apresentaram saldo positivo de 27,4 mil, as médias e grandes tiveram saldo negativo de 21,3 mil vagas. Em janeiro, a Região Centro-Oeste apresentou o maior

saldo - 17,26 novas vagas geradas a cada mil empregados, fechando janeiro com 55.795 empregos. A Região Sul vem em seguida, com 14,24 empregos novos por mil empregados e fechando janeiro com 55.795 empregos. Depois vem o Nordeste, com 11,68 empregos a cada mil empregados, totalizando 36.037 empregos. A Região Norte gerou 6.656 empregos, um saldo de 7,73 vagas por mil empregados e o Sudeste ficou com saldo de 7,09 a cada mil empregados, com 67.957 em-

pregos gerados no mês. Em janeiro, as cinco unidades da Federação que proporcionalmente mais geraram empregos foram Mato Grosso, Goiás, Santa Catarina, Roraima e Rio Grande do Norte. Todos esses estados geraram pelo menos 17 novos empregos a cada mil postos de trabalho já existentes. Os estados que proporcionalmente menos geraram empregos foram São Paulo, Minas Gerais, Amapá, Rondônia, Rio de Janeiro e Amazonas.

AGÊNCIA BRASIL



Bolsonaro: faltou estimativa no impacto orçamentário

Rede pública de ensino sem internet

Repasse de R\$3,5 bilhões seria para a compra de planos de internet e tablets

O presidente Jair Bolsonaro vetou integralmente o Projeto de Lei que garante internet gratuita para estudantes e professores da rede básica de ensino. A decisão foi publicada na edição de sexta-feira do Diário Oficial da União (DOU). A proposta havia sido aprovada pelo Senado em fevereiro e pela Câmara em dezembro de 2020. A medida previa o repasse de R\$3,5 bilhões pela União para estados e Distrito Federal comprarem planos de internet móvel e tablets para educadores e alunos. O PL também previa que os recursos seriam usados para contratação de internet móvel, para que alunos e professores conseguissem acompanhar as atividades

pedagógicas não presenciais. A prioridade seria para os ensinos Médio e Fundamental e professores dos mesmos períodos, respectivamente. Também seriam beneficiados os alunos das redes públicas com famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), alunos matriculados nas escolas de comunidades indígenas e quilombolas, além de professores da educação básica das redes públicas de ensino dos estados e municípios. Bolsonaro alegou que a medida “encontra óbice jurídico por não apresentar a estimativa do respectivo impacto orçamentário e financeiro, e aumenta a alta rigidez do orçamento, o que dificulta o cumprimento da meta fiscal e da Regra de Ouro”.